2 — Os membros do Gabinete e os funcionários e agentes que, antes de ingressarem no Gabinete do Secretário-Geral, no SIED, no SIS ou nas estruturas comuns, não eram beneficiários de qualquer serviço social ficam abrangidos pelo regime aplicável ao pessoal da Presidência do Conselho de Ministros.

3 — As modalidades de concessão dos benefícios sociais e de cumprimento das obrigações pelos beneficiários são definidas por acordo a celebrar entre os serviços sociais e o departamento comum de finanças e apoio geral, tendo em conta a especificidade institucional do Gabinete do Secretário-Geral, do SIED, do SIS e das estruturas comuns.

4 — O acordo a que se refere o número anterior carece de aprovação do Secretário-Geral e do membro do Governo que superintender nos serviços sociais.

Artigo 71.º

Disposições transitórias

1 — A instalação e início de funcionamento das estruturas comuns dependem de despacho do Secretário-Geral.

2 — Até à entrada em funcionamento das estruturas comuns, mantém-se transitoriamente em vigor o atual regime orçamental e mantém-se em funcionamento as unidades orgânicas existentes no SIED e no SIS que prossigam as atribuições daquelas estruturas.

3 — Os atuais diretores do SIED e do SIS mantêm até à cessação das suas funções os direitos que lhes foram conferidos, respetivamente, pelos artigos 36.º dos Decretos-Leis n.ºs 254/95, de 30 de setembro, e 225/85, de 4 de julho.

4 — A partir da data de entrada em vigor do diploma que vier a regular as carreiras, o pessoal técnico superior e o pessoal técnico-profissional de informações do SIED e do SIS, pode optar, no prazo de um ano, pela carreira que pretende integrar.

5 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, os demais funcionários e agentes do SIED e do SIS podem ser providos nas estruturas comuns.

6 — Enquanto não forem aprovados os novos regimes de carreiras, remuneração e avaliação de desempenho dos

funcionários e agentes do SIED, do SIS e das estruturas comuns, aplicam-se os regimes atualmente em vigor nos serviços.

Artigo 72.º

Norma revogatória

Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, são revogados os Decretos-Leis n.ºs 225/85, de 4 de julho, na redação dada pelos Decretos-Leis n.ºs 369/91, de 7 de outubro, e 245/95, de 14 de setembro, e 254/95, de 30 de setembro, exceto o artigo 34.º

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 72/2014

Por ordem superior se torna público que, a 4 de junho de 1997 e a 31 de março de 2011, foram recebidas notas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Reino de Marrocos e pela Embaixada da República Portuguesa em Rabat, respetivamente, pelas quais ambos os Estados comunicam que concluíram os seus requisitos constitucionais necessários para manifestação do seu consentimento de estarem vinculados ao Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos, assinado em Rabat, a 30 de maio de 1994.

Por parte da República Portuguesa, o Tratado foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 20/97 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 19/97, de 2 de maio, publicados no Diário da República, 1.ª série-A, n.º 101 de 2 de maio de 1997, e nos termos do seu artigo 14.º, entrou em vigor no dia 31 de março de 2011.

Direção-Geral de Política Externa, 31 de julho de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Helena Maria Rodrigues Fernandes Malcata*.